

# A Ideologia de Bakhtin nas Peças Midiáticas Contemporâneas

Anna Júlia Camargos Pennisi<sup>1</sup>

Ms. Rosário Rogério Pennisi Filho<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** ideologia; análise do discurso; círculo de Bakhtin; mídia

**Resumo:** Utilizando os conceitos do círculo Bakhtiniano em análise do discurso de reportagens sobre mesmo tema, o presente artigo apresenta os traços de imparcialidade identificados em cada uma das seis principais instâncias da informação, desconstruindo a neutralidade ideológica de peças midiáticas contemporâneas.

**Sumário:** 1. Introdução; 2. As dissonâncias entre instâncias midiáticas acerca de um caso concreto; 3. Conclusão; 4. Referências Bibliográficas.

## 1. Introdução

A leitura é um processo inevitável. Rotineiramente, os indivíduos estão submetidos a processos interpretativos, tais como a compreensão de discursos, fatos e textos e a formulação de uma resposta, comportamental ou não, acerca do produto da compreensão. Por isso, o órgão que intermediar a relação entre o leitor e seu objeto de análise é dotado, indiretamente, de uma responsabilidade sobre o comportamento daquele que o lê. Este órgão é o que Charaudeau denomina de instância da informação, encarregada de recolher dados da fonte e repassá-los aos leitores. Essa não é completamente transparente, utilizando-se de mecanismos para viabilizar determinados aspectos do fato informado e inviabilizar outros, o que resulta no controle – mesmo que temporário – sobre a mentalidade do receptor da informação.

Para se iniciar o processo de análise de reportagens foi necessária a compreensão do conceito de leitura. De acordo com Maria Helena Martins, ler não é apenas realizar um gesto mecânico, automático e repetitivo, e sim um conjunto de análises, interpretações e processamento de informações. Este processo se inicia a partir da infância, por meio da

---

1 Graduada em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. [anna.pennisi@ufu.br](mailto:anna.pennisi@ufu.br)

2 Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Administração pela Universidade do Triângulo. Professor na Escola Superior de Administração Marketing e Comunicação (ESAMC). [prof.rogerio.pennisi@gmail.com](mailto:prof.rogerio.pennisi@gmail.com)

inevitabilidade, e não consiste apenas na decodificação de textos escritos: ocorre também na assimilação de ideias passadas por meio de acontecimentos relacionados a um contexto a fim de uma expansão nos âmbitos sensorial, emocional ou racional.

A partir deste conceito de leitura, pudemos trabalhar a concepção de linguagem, posto que essa, para Bakhtin não se limita apenas a uma diferenciação linear entre língua e linguagem. Este estudo se dá em enfoque dialógico, que é a noção de um processo comunicativo no qual o sujeito dialoga com a enunciação, isto é, acrescenta suas ideias e interpretações advindas de sua própria historicidade. Não há linguagem fora deste processo. Portanto, o leitor das reportagens é ativo no processo de transmissão de informação tanto quanto o repórter.

Um signo linguístico, ao ser utilizado, pode ter o seu sentido modificado durante a enunciação. Desta forma, aquilo que se diz não retoma ao que está dicionarizado; pode ser ressignificado ou ter um sentido acrescido por meio da historicidade envolvida nos agentes da interlocução. Esta pluralidade semântica é cumulativa e participa da construção de ideologias – sistemas de representação da sociedade construídos a partir das interações entre grupos sociais distintos - e elos enunciativos dentro do processo linguístico. De acordo com Bakhtin, o signo é uma arena na qual existem inúmeros acentos ideológicos que tendem para lados opostos. Ou seja, uso de determinadas palavras sempre retoma a uma ideologia que deve ser identificada para entender a ação política de uma determinada instância da informação.

Além disso, os discursos se integram formando elos enunciativos. A retomada de sentido sempre se dá pelo dizer do outro, sendo assim, não há um enunciado independente e abstrato. No processo comunicativo, todo enunciado é feito em resposta e está sujeito à resposta de outro, no processo dialógico, formando assim um elo complexo de dizeres com diferentes sentidos e de diferentes vozes. Por conseguinte, uma reportagem é produto final de um diálogo com o fato exposto, outros textos, as vivências e opiniões do autor, notícias produzidas anteriormente e a repercussão dessas no meio editorial, e todos estes fatores devem ser considerados na análise.

A pluralidade de vozes é um recurso marcado, nas peças, pela intertextualidade, que para Koch pode ocorrer em sentido amplo – interdiscursividade – ou estrito – citações a partir de um texto-fonte previamente verbalizado. Essa é apresentada na relação entre o dialogismo e a mídia, no texto “O Discurso Publicitário: dialogismo e

heterogeneidade.”. De acordo com Dylia Lisardo-Dias, a polifonia é uma estratégia para que, na mídia, uma informação seja passada a partir de enunciados que dialogam com o inconsciente do leitor. Da mesma forma, ocorre com o gênero jornalístico: determinadas questões são repassadas a partir de signos ou enunciados que retomam ao inconsciente e a fatores psicológicos do leitor, de modo implícito, sendo assim, uma forma de posicionamento.

O processo de informar é predominante no gênero analisado. Para Charaudeau, a informação é sempre retirada de uma fonte e passada por meio de uma instância ao receptor sem transparência, ao contrário do que se acredita ingenuamente com a visão de neutralidade jornalística. Não é possível que uma mensagem seja passada integralmente ao leitor, visto que o ato comunicativo se submete ao elo enunciativo, à historicidade do autor e aos interesses da instância à qual esse está inserido. Isso entra em dissonância com o texto “Diferenças entre notícia e reportagem”, da jornalista Fernanda Félix, no qual a reportagem é apenas a intensificação dos processos interpretativos existentes em uma notícia prévia, com a adição de vozes do discurso e maior detalhamento da informação ao leitor.

## **2. As dissonâncias entre instâncias midiáticas acerca de um caso concreto**

O caso concreto em questão é o assassinato da vereadora Marielle Franco. As diversas formas de noticiar este caso foram, para fins acadêmicos, colocadas em evidência. Em análise foram colocadas seis instâncias da informação, classificadas de A a F por razões expositivas.

A vereadora Marielle Franco é retratada de formas diferentes em cada instância. Todas citam seu cargo e sua idade, enfatizam a data de início de seu mandato e deixam subentendido que esse terminou muito cedo. A **Instância “A”**, **“B”** e **“F”** falam da eleição e de sua colocação dentre os outros vereadores, deixando claro que ela foi a quinta mais votada e causando uma impressão de falha na democracia – se uma vereadora que representa grande parte dos eleitores não pôde terminar o seu mandato, então o nosso sistema não é tão democrático assim.

Com exceção da **Instância “C”**, todas as demais afirmam que Marielle era uma mulher negra. A **Instância “B”** complementa: era “um símbolo, feminista e favelada”, e a **Instância “A”** expõe, ainda, o fato de ser uma mãe jovem e líder do complexo da

Maré. A **Instância “E”** é a instância que mais detalha a sua vida pessoal, inclusive sendo a única que declara sua sexualidade, deixando claro que a organização familiar da camarista e sua noiva era “contra o Estatuto da Família”. A **Instância “F”** se limita usar a voz de Marielle para declarar a respeito da maternidade e a favela, introduzindo o discurso com “Se apresentava como...”, o que aparenta buscar a isenção da responsabilidade sobre a descrição da vereadora.

A **Instância “D”** e a **Instância “A”** introduzem as minorias na reportagem ao falar sobre o que Marielle defendia, utilizando respectivamente as expressões “Voz a favor de minorias, categoria em que se encaixava” e “Cuidava de interesses de negras como ela”, que deslegitimam qualquer impressão de heroísmo que seus feitos causariam no leitor – imprimindo que a vereadora só trabalhou com essas pautas porque diziam respeito diretamente a ela; uma voz à serviço de si mesma, e não à todas as outras.

No que diz respeito ao trabalho da camarista, a **Instância “B”** declara que essa “dava voz aos movimentos sociais e aos moradores das comunidades”. A **Instância “A”** e a **Instância “E”** são mais incisivas quando declaram que a vereadora denunciava a violência/brutalidade policial, sendo que a **Instância “E”** trata também sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro. Porém, a **Instância “A”** se limita a dizer que Marielle era uma voz inconformada contra a violência – sem especificar qual tipo de violência ou contra quem, deixando livre a interpretação do leitor. A **Instância “C”** especifica: Marielle lutava, por meio de redes sociais e discursos rotineiros na Câmara dos Vereadores, apenas contra os “maus policiais e as milícias”, impedindo a generalização e a visão de uma polícia integralmente corrompida. A **Instância “F”** descreve a presença da vereadora no grupo de relatores que monitoram a Intervenção Militar e a presidência dessa na Comissão de Defesa da Mulher. Sua vida acadêmica é descrita apenas na **Instância “F”** e na **Instância “E”**, que por sua vez é a única a apresentar o viés humanitário de Marielle.

As instâncias, ao descreverem a morte da vereadora, tratam como assassinato, à exceção da **Instância “F”** que indica apenas que as investigações apontam a hipótese da execução. A mudança entre elas é nas vozes usadas e nas expressões que delimitam o nível de atrocidade e na especulação das possíveis razões do crime. A **Instância “B”** utiliza a voz do Presidente da República, Michel Temer, para descrever o crime como inaceitável. Além disso, acrescenta que é violenta execução a sangue frio, assassinato

político e um fator de pressão para o Governo que instituiu um plano de segurança que já era alvo de críticas. A **Instância “D”**, por sua vez, declara que a morte foi brutal, um desafio à ação federal e compara com a carnificina que ocorreu no bairro Medellín na Colômbia, quando “o crime chegava perigosamente perto de controlar o Estado, ameaçar autoridades e abalar as instituições (...)” – colocando o Estado na posição de ameaçado. E finaliza: o crime não é mais grave por ter ocorrido com uma mulher negra, homossexual e de esquerda. A **Instância “A”** se posiciona de maneira mais sucinta, usando o termo “tragédia emblemática” para fazer referência ao assassinato. Em sua narrativa, a **INSTÂNCIA “E”** utiliza citações para declarar que a vereadora foi brutalmente assassinada, e na voz de Mônica, a noiva, “muitíssimo bem executado, de forma fria, no meio de uma via pública – um crime político”. A **INSTÂNCIA “C”** se limita a dizer que as investigações avançam em direção à ação política da vereadora.

A posição em que a polícia é retratada é muito significativa, principalmente com as suspeitas de que a execução poderia ter sido a mando de alguém de dentro da instituição. Tanto que duas das seis instâncias se abstiveram de comentários sobre esse assunto. O *El País* descreve o fato de que a polícia era apelidada, em Acari, de “Batalhão da Morte”. Ainda declara que o fato de que o crime ocorreu em uma via pública sob tutela da Intervenção Militar e da polícia causa um “gosto amargo” nas instituições – colocando sob questionamento a eficiência de ambas. A **Instância “A”** retoma a expressão “Batalhão da Morte” por meio de discurso atribuído à Marielle. A **Instância “C”** apresenta dados: 46% dos moradores pedem pela manutenção das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), mas apoiam mudanças na conduta dos policiais. Isso indica que 54% dos moradores não aprovam as unidades, mas a instância não explicita esse fato ao leitor. A **Instância “F”** coloca a polícia como órgão disponível para o auxílio na investigação do crime.

Assim como a polícia, a forma com a qual a Intervenção Militar decretada um mês antes do assassinato é retratada é importante para o entendimento do viés da instância. A **Instância “B”** descreve que, apesar de nove em cada dez especialistas em segurança pública declararem que a medida é ineficiente, o Governo Federal manteve a decisão da intervenção como medida emergencial. Um mês após o decreto, é posta “contra a parede”, tendo novamente a sua eficiência questionada. A **Instância “A”** apresenta o assassinato de Marielle Franco como uma ameaça à Intervenção, de tal forma que essa seja também vítima daquele. A reportagem da **Instância “C”** apresenta

o discurso do Gabinete de Intervenção que declara que a ação é emergencial e serve para aumentar a segurança nas ruas, informação que contrasta com o discurso de Mônica, apresentado pela **Instância “E”**, que mostra que a medida é, na verdade, benéfica para os ricos e maléfica para os pobres, utilizando palavras como “medo”, “terror”, “dor”, “morte” e “sangue”.

A relação entre o crime, a democracia e o governo foi explicitada pela **Instância “A”**, a **Instância “E”**, a **Instância “D”** e a **Instância “B”**. As duas últimas se fixaram na fala do Presidente da República Michel Temer, usando respectivamente o discurso direto e indireto para trazer à tona a declaração “[O assassinato] é um atentado à democracia”. Em contrapartida, a **Instância “E”** utiliza a voz de Mônica em declaração semelhante: “(...) o assassinato foi um crime contra a democracia”. Já a **Instância “A”** apenas retrata as ações dos governantes perante o acontecido, que, de acordo com a instância, se apressaram a prestar condolências, declarar o luto oficial e prometer a solução ao crime.

Como a vítima desse crime atroz era defensora dos Direitos Humanos e das minorias, também é pertinente a descrição dos mesmos no decorrer de cada reportagem. Apesar disso, só são explicitados nas instâncias **Instância “B”**, **Instância “D”** e **INSTÂNCIA “E”**. O primeiro trata os grupos minoritários como vulneráveis no país. A **Instância “D”** mostra as minorias como alheias, sem relação com o ocorrido, tirando as ideologias do foco o tempo todo, e descartando que as mesmas sejam causas diretas do homicídio. Em contrapartida, a **Instância “E”** traz, novamente na voz de Mônica, que “(...) direito à vida e à igualdade; coisa que a nossa sociedade não permite para pobre, não permite para negro e não permite para favelado”, ou seja, a sociedade não permite que os direitos humanos – objeto de luta da vereadora – fossem aplicados às minorias.

O tamanho de cada reportagem diz respeito ao espaço que a instância abre ao tema. Em ordem crescente de número de palavras, há: **Instâncias “E”**, **“B”**, **“A”**, **“F”** e **“D”**. A **Instância “C”** não permite a contagem de palavras presentes em suas reportagens.

Outro recurso linguístico notável é a quantidade de vozes dentro do texto. As instâncias que mais apresentaram citações foram a **Instância “E”** e a **Instância “B”**. No caso da primeira, toda enunciação que carrega um sentido explicitamente ideológico foi atribuída a Mônica, noiva de Marielle e entrevistada para a produção da reportagem.

Há também a presença da voz de Raul Jungman, posta em dissonância com a de Mônica, dando a impressão que essa retifica o que aquele disse. Por sua vez a **Instância “B”** apresenta as vozes de Marielle Franco, o Presidente da República Michel Temer, membros do observatório da intervenção, a ONG “Centro pela Justiça e o Direito Internacional”, Torquato Jardim – Ministro da Segurança Pública-, e a professora Jaqueline Muniz, da Universidade Federal Fluminense. Todas tendem para a visão de atentado à democracia e assassinato político, exceto a de Marielle, que apresenta um discurso contra o assassinato de jovens em Acari.

É importante ressaltar que em alguns casos, os repórteres utilizaram a pluralidade para terceirizar uma opinião. A seleção das informações pelos mesmos, em si, é uma forma de posicionamento silencioso acerca do tema descrito, para causar sensação de neutralidade.

### **3. Conclusão**

Comprovando a teoria Bakhtiana, não há enunciação sem ideologia. O mesmo se aplica às instâncias informativas, que apresentam um agravante: todas constam como pretensamente neutras, levando o público a confiar integralmente em suas informações, sem que este perceba a manipulação de ideias.

Em tempos de guerra entre as grandes mídias em torno das notícias expressamente falsas, é importante admitir que todas as notícias ou reportagens construídas tendem a um caminho do espectro sociopolítico. Os mecanismos mais comuns utilizados foram: os hiperlinks, a pluralidade de vozes, o uso de discurso indireto para se eximir de responsabilidade pelo dito e a exclusão proposital de determinadas informações durante a construção do texto.

### **4. Referências bibliográficas**

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

EUGENIO, P. Introdução ao Pensamento de Bakhtin. **Fólio – Revista de Letras**. [SI], v. 2 n. 3 p. 391-393. 2012.

MACHADO, Ida Lucia; CRUZ, Amadeu Roselli; LYSARDO-DIAS, Dylia. Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso. **Belo Horizonte: Editora Carol Borges**, 1998.

MARCUZZO, P. Diálogo Inconcluso: Os Conceitos de Dialogismo e Polifonia na Obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**. [SI], v. 36 n. 1. 2008

MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. **São Paulo**, 2003.

PIRES, Vera Lucia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon**, v. 16, n. 32-33, 2002.